

DEFESA DO CAFÉ

Em reunião semanal ordinária da S. R. B., realizada a 7 de Dezembro findo, o sr. Plínio Cavalcanti de Albuquerque, tratando longamente da nossa política de defesa do café, assim se manifestou:

"Um dos deputados americanos que em recente visita percorreram os países produtores da América Latina indagou, com insistência, sobre a natureza dos recursos da União para custear a nossa política de defesa do café. Não conhecemos a resposta dada a essa indagação, mas, por certo, poderíamos informá-lo de que habitualmente nos temos servido da emissão de papel moeda.

No governo Epitácio Pessoa, quando se organizou a chamada "defesa permanente do café", a emissão para aquêle fim não só foi largamente utilizada como ainda publicamente defendida. É bastante conhecido o brilhante parecer do deputado Sampaio Vidal, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, a respeito da Mensagem n. 17 de 1921. Parecer e mensagem justificam o uso da emissão para defender o café das constantes e prejudiciais investidas da especulação de algumas poderosas firmas em cujas mãos se encontrava o comércio comprador.

Nesse parecer, seu ilustre autor, depois de profligar a atitude negativista dos partidários da "laissez faire, laissez passer", sob cujo sistema" o Brasil tem sido um verdadeiro seio de Abraão, para todas proezas dos especuladores poderosos", acrescentava: "Não é crível que brasileiros de espírito lúcido e elevado se oponham à emissão destinada à defesa de um produto que hoje representa a base fundamental de toda a economia brasileira, que se recusem proporcionar meios de organizar essa defesa permanente, cuja falta acarretou ao país, em 1920, um prejuízo superior a um milhão de contos de réis; porque em verdade a queda dos preços do café e a consequente depressão cambial deram ao Brasil prejuízos que dificilmente podem ser calculados — tal a sua enormidade".

A inadivél necessidade de defesa do café, sempre muito sujeito a toda sorte de investidas especulativas, devido, sobretudo, às suas características de mercado monopsônico e forte concentração das firmas compradoras, levou o governo Epitácio, e numerosas outras administrações, a se servirem da emissão, apesar de seus efeitos inflacionários, convencidos, afinal, de que essa desvantagem é larga-

mente compensada com as vantagens decorrentes da defesa de um produto fundamental na economia brasileira.

No governo do paraibano Epitácio Pessoa, pelo caminho da emissão, fomos conduzidos à formação de um mecanismo de defesa permanente do café. Na recente administração do paulista Whitaker, pelo temór da emissão, fomos levados à eliminação do preço mínimo e financiamento amplo do café, duas medidas fundamentais de uma política de preço ou defesa.

Repetia-se em 1955 o que sucedera em 1931, quando o sr. José Maria Whitaker era Ministro da Fazenda do Governo Provisório: o sacrifício da política de defesa do café à sua convicção não emissionista e à sua vocação liberal-econômica. Naquela época êle se demittira da pasta da Fazenda para não emitir, estabelecendo-se sério conflito entre sua orientação liberal e antiemissionista e desejo da cafeicultura que se batia por um programa de mais ativa intervenção no mercado cafeeiro. Em seu conhecido trabalho "A Administração financeira do Governo Provisório", s. excita, com aquêde admirável espirito de síntese de que é dotado, num pequeno trecho esclarece sua posição. Escreveu êle: "Não desejando entrar em luta, com uma fração embora, da lavoura de minha terra, à qual só queria esforçadamente servir, obtive, afinal, a minha exoneração da pasta da Fazenda, convencido de que não me era lícito abandonar sem sacrifício do país e sem o sacrifício da lavoura, isto é, sem emissões e sem aumento de tributação".

A rigor, na atualidade, não pode a União recusar a execução de um programa de defesa do café, cuja necessidade é demasiadamente conhecida para ser discutida, sob a alegação da inexistência de recursos para seu financiamento. O sistema cambial em vigor de taxas múltiplas, algumas das quais flutuantes, com as licitações das promessas de câmbio, tem por principal objetivo a arrecadação de recursos para amparar a lavoura. O que não podemos compreender é que se elimine a medida do preço mínimo do café e se restrinja a providência de seu financiamento, prejudicando com isso ainda mais a economia geral da Nação do que a economia privada do cafeicultor, quando precisamente para custeá-las foi criado, com sacrifício do produtor, o atual mecanismo cambial. Temos o direito de saber o destino dado ao produto dos ágios

cambiais vinculados por lei à defesa da economia rural.

Contra o criminoso abandono em que foi deixada a produção cafeeira se erguem agora, em estreito e indispensável contacto, a Sociedade Rural Brasileira e a FARESP, pleiteando a volta ao programa de financiamento amplo, comercial e de custeio, e ao sistema do preço mínimo, garantias primárias para qualquer política de defesa do café. Contamos com recursos vinculados para execução dessas medidas, recursos que em última análise saem das nossas próprias fazendas através do confisco cambial. Temos que exigir a honesta aplicação dos mesmos.

A política brasileira de defesa do café ficou completamente desarticulada com a frustração da reforma cambial e eliminação das garantias com que contávamos. Dessa situação confusa em que nos mergulhamos resultou a insegurança do mercado, criando-se condições favoráveis e desenfreada especulação no comércio internacional do café. Si não fôsse o completo esgotamento das reservas de café nos Estados Unidos, acompanhado da queda que criou a expectativa de uma safra deficitária para 1956, já teriam os preços descido verticalmente a níveis aviltantes por falta de defesa.

Torna-se urgente a intervenção do governo para normalização do mercado. O que de pior pode agora nos acontecer será a anunciada atitude abstencionista do atual Ministro da Fazenda de "não dar uma penada sequer sobre assuntos de economia cafeeira", sob a alegação de ser demasiadamente curta sua administração. O sr. Mário Câmara assumiu a pasta num momento angustioso para a produção cafeeira, precisamente quando se desmoronava completamente toda nossa incipiente política de defesa dos preços, e permanece nela no período mais propício para nossas exportações, notadamente agora em que a entrada dos nossos concorrentes no grande mercado consumidor americano está sendo retardada por fortes chuvas que vêm prejudicando as colheitas colombianas e dos países produtores da "Fedecame". A tese de que devemos esperar a constituição do novo governo para cuidarmos dos problemas do café — é desastrosa, pois há medidas, notadamente em relação ao financiamento, que deverão ser já executadas para evitarmos o maior enfraquecimento da oferta", concluiu o sr. Plínio Cavalcanti.